

A SRA. PRESIDENTE - THAINARA FARIA - PT - É regimental. O senhor tem o tempo de dez minutos para fazer uso da palavra... Cinco minutos.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - PELO ART. 82 - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas que nos assistem pela TV Alesp, funcionários, nós estamos retornando aos bons debates aqui nesta Casa, e um dos debates que eu gostaria de fazer nesses próximos seis meses é a respeito das ações ligadas ao transporte público do estado de São Paulo.

Esse é um item que nós já temos debatido nesta Casa muitas vezes, porque vai e volta a população está nos procurando por saber de uma atuação que temos desde que viemos a esta Casa. O transporte público nesse momento é essencial para a população, principalmente, o transporte público de qualidade.

Só que nós temos... Mais de 80% dos nossos municípios são médios e pequenos, e o transporte público, principalmente para o trabalhador, como exemplo, aquele pedreiro que consegue uma obra na cidade vizinha...

Um exemplo aqui, a cidade de Nipoã com a cidade mais próxima ali, Tanabi, Monte Aprazível, Neves Paulista, são interligadas por vicinais onde a única forma desse trabalhador se descolar para outro município é através daqueles coletivos que chamamos de circular.

O circular que vai de um canto ao outro, como a gente usa nos grandes municípios, médios municípios, que vai de um bairro a outro ou que vai do bairro até o centro da cidade.

A região oeste tem muitos municípios nesse sentido, e as empresas... Infelizmente por falta de apoio da Artesp, por falta de apoio dos municípios, essas pessoas estão ficando ilhadas. Nós temos... Eu tive a preocupação de fazer um levantamento, muito superficial, de algumas cidades que me chegaram a reclamação de que as linhas de ônibus que circulavam entre as cidades pararam. Isso em 14 municípios apenas, e 922 mil pessoas moram nesses municípios.

O que nós estamos vendo é que as empresas que estão com esses ônibus que têm 15 anos para uso e transportam as pessoas não só sentadas, porque o valor da sua passagem é 40% do valor de um ônibus com a melhor qualidade - com banheiro dentro, com poltronas almofadadas - ... Esses ônibus estão sendo fiscalizados brutaamente.

As pessoas, infelizmente - e aí eu quero chamar a atenção, novamente, da pessoa que tomou posse agora há pouco tempo, da Artesp. Não vou falar o nome dela, para não dar resposta futura, e com desculpas porque é isso o que a gente vê. Já vimos o passado, e vamos ter isso agora no presente.

Mas eu gostaria de chamar a atenção do senhor, da senhora, que mora nesses municípios que hoje não têm esse coletivo para transportá-la de manhã, para ir para o trabalho, para ir a um município maior para fazer um exame médico, fazer uma compra num supermercado com melhor condição.

Essa pessoa também sai para ir buscar um emprego ou até fazer um bico em outra cidade naquele dia, e que hoje está ilhada e esses ônibus, que trafegam nessas cidades, os que estão sobrando, estão sendo penalizados. Empresas que têm quatro ônibus, cinco ônibus, 10 ônibus. Não existe acordo nenhum para que o transporte continue atuando naquela região.

Eles são multados, são guinchados. Não existe tempo para poder... Um ônibus de 15 anos atrás, muitas vezes tem uma plaquinha, uma lâmpada dizendo... tem uma plaquinha que é uma iluminação de saída. Só que os ônibus novos não.

Implantaram o quê? Além da plaquinha, da iluminação, coloca escrito: saída. Por isso, apenas, esses ônibus estão sendo guinchados: porque não têm a plaquinha. Mas há 15 anos atrás não tinha a plaquinha. Então nós precisamos ter critério.

Eu peço ao diretor da Artesp, a quem é responsável, que possa começar a olhar. Só nessas poucas cidades, mais de 900 mil pessoas, quantas delas dependem dessa circular? Ou o governo vai bancar, a partir de agora, vai subsidiar essas pessoas que precisam se locomover, e que pagam impostos?

Então nós precisamos achar um formato, uma discussão com a Artesp, com quem de direito, para dar condição aos homens e mulheres do nosso Estado, que moram nos pequenos e médios municípios, para terem um mínimo de condição do ir e vir, previsto na Constituição Federal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - THAINARA FARIA - PT - Nós que agradecemos, Sr. Deputado Sebastião Santos.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Havendo acordo entre os líderes desta Casa, eu peço o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - THAINARA FARIA - PT - Está levantada a presente sessão. (Voz fora do microfone.)

Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, havendo acordo de liderança, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Agora sim, está levantada a presente sessão.

Muito obrigada.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 23 minutos.

\*\*\*

## 3 DE AGOSTO DE 2023 74ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: REIS e SIMÃO PEDRO

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - REIS
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - SIMÃO PEDRO
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - LECI BRANDÃO
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - PRESIDENTE REIS
Cumprimenta a deputada Leci Brandão por seu retorno a esta Casa.
6 - MAJOR MECCA
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - SIMÃO PEDRO
Assume a Presidência.
8 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - MAJOR MECCA
Para comunicação, faz pronunciamento.
10 - REIS
Para comunicação, faz pronunciamento.
11 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
13 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
14 - PRESIDENTE SIMÃO PEDRO
Define o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 04/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
\*\*\*
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Reis.
\*\*\*
- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início ao Pequeno Expediente, a primeira oradora inscrita, deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, Sr. Presidente desta sessão, nobre deputado Reis. Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, público que nos acompanha na tarde desta quinta-feira, eu já me pronunciei aqui sobre a questão da tragédia que ocorreu e vem ainda repercutindo no Guarujá, mas hoje eu queria falar sobre Educação.

Duas medidas que o governo tomou esta semana, anunciadas esta semana, não são só polêmicas, mas têm ilegalidades. A primeira delas é essa decisão da coordenação pedagógica da Secretaria da Educação, que publicou uma portaria ilegal. É ilegal porque fere a legislação que garante a liberdade de cátedra para os professores.

O professor se esforça para estudar, conclui uma universidade, faz o mestrado, passa em um concurso, e o que é que essa portaria está determinando? Que o diretor da escola assista às aulas, pelo menos duas vezes por semana, daquele professor e faça um relatório, deputado Giannazi, V. Exa. que é um especialista, professor também, como eu...

Então, essa portaria determina que o diretor da escola acompanhe as aulas, pelo menos duas vezes, daquele professor, faça um relatório e encaminhe para a Secretaria de Educação. Claramente é uma medida intimidatória aos professores, vem nesse rastro do bolsionarismo que persegue os professores, que tem a Educação como inimiga. É um absurdo que não tem sentido.

Então, colocar medo nos professores... o professor vai ficar acuado. Primeiro que não é função do diretor fazer isso. Ele pode, sim, acompanhar o desempenho e tal, mas não tem o menor sentido.

Nós não vamos ficar aqui esperando, fazendo só a denúncia para que o governo obrigue o secretário da Educação, o Renato Feder, a revogar essa portaria. Mas eu vou protocolar hoje, Sr. Presidente Reis, um projeto de decreto legislativo para sustar esse decreto, para que ele não vigore e assim a gente não crie esse clima de perseguição, de medo, de intimidação aos professores, principalmente aqueles de disciplinas que o bolsionarismo tem ódio, que é a História, a Geografia, a Língua Portuguesa, Filosofia, Sociologia, que estimulam a consciência crítica dos alunos e assim por diante.

Então, esta é uma decisão. Eu vou também fazer um requerimento à Comissão de Educação, deputado Giannazi, para que esse nosso decreto legislativo possa ser aprovado aqui. Se o governo não tomar providências, pelo menos este Parlamento vai tomar, no sentido de impedir essa ilegalidade que o secretário da Educação, Renato Feder, está patrocinando.

E a outra é essa decisão do secretário de não mais aceitar o convênio com o governo federal para a compra de livros didáticos para os alunos, estimulando o uso de livros didáticos pelo computador. Outra medida absurda, que vai na contramão de todas as orientações pedagógicas no mundo inteiro, e aqui no Brasil também, estimulando o uso de computadores.

A gente sabe que o Renato Feder é um empresário dessa área de tecnologias digitais para Educação, inclusive a empresa que ele era dono e sócio tem contrato milionário com o Governo do Estado. Então ele traz uma experiência aplicada lá no Paraná para cá, que é uma medida também arbitrária, absurda.

E é tão contraditório com as decisões do governo, que o governo Tarcísio acabou de sancionar uma lei oriunda aqui desta Casa, nobre deputado Carlos Giannazi... Eu vou citar aqui a lei que está aqui no Portal da Alesp, peguei hoje: “São Paulo ganha Semana de Conscientização sobre o Uso de Celular, Tablet e Computador por crianças, a Lei nº 17.622, de 2023, sancionada pelo governador Tarcísio de Freitas, publicada nesta quarta-feira”. Foi no mês de fevereiro, dia 8, que foi proposta, criada e aprovada, aqui pela Assembleia Legislativa.

Essa lei sancionada pelo governador Tarcísio cria a Semana de Conscientização e Prevenção sobre males causados pelo uso intenso de celulares, tablets, computadores por bebês e crianças. A lei, dos deputados Carlos Cezar, desculpa, deputado Cezar, do PDT, e Marcio Nakashima, do PDT, foi aprovada em dezembro do ano passado e sancionada.

Quer dizer, uma lei sancionada pelo governador que vai na contramão desta, que o governador decidiu, pelo seu secretário da Educação, que tira o livro didático, estimula o uso de computador, das telas, o que vai na contramão dos problemas prejudiciais ao aprendizado, à retenção de conhecimento dos nossos jovens, dos nossos alunos, que é o uso intensivo de celulares, que muitas vezes não é recomendado.

Então, senhor presidente, queria aqui, ao término deste meu tempo, fazer esse protesto em relação a essas medidas da Secretaria de Educação, que causam retrocesso, na contramão da saúde, do bem-estar e da liberdade de cátedra dos professores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo a lista de oradores, o próximo orador, deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, deputados e deputadas, público aqui presente, Sr. Presidente, quero me associar ao que disse agora em seu pronunciamento o deputado Simão Pedro, e dizer que logo que o secretário da Educação, Renato Feder, dono da Multilaser, anunciou que estaria se retirando do Plano Nacional do Livro Didático, ou seja, retirando São Paulo, eu protocoliei uma representação.

Fui imediatamente ao Ministério Público Estadual, e eu recebi a notícia hoje de que o MP acatou a nossa representação e abriu um procedimento para investigar esse crime, esse atentado da gestão do Tarcísio de Freitas, desse secretário Renato Feder, empresário milionário, dono da Multilaser, retirando o livro didático da rede estadual de ensino, algo jamais pensado, jamais feito aqui no nosso Estado.

Retirar o livro didático das crianças do Ensino Fundamental, em nome das tecnologias que não funcionam na rede estadual, e que nem existem ainda na rede estadual. E eu gosto sempre de lembrar, Sr. Presidente, primeiro que tem aí, minha gente... É muito importante que todos saibam, ele Renato Feder, dono da Multilaser, tem contratos milionários com o governo estadual para fornecer tablets e toda essa parafernália eletrônica.

E nós já tínhamos denunciado isso desde o início do ano. Eu já tinha acionado o Tribunal de Contas, o Ministério Público, as comissões pertinentes aqui da Assembleia Legislativa.

Então, em primeiro lugar, tem um grande conflito de interesses, porque ele tem interesse em vender tablets, computadores e todos os instrumentos digitais para o próprio governo, para sua própria secretaria. Olha o absurdo. Esses contratos já existem. Isso tem que ser profundamente investigado.

Agora, retirar o livro didático, dizendo que vai fornecer um certo material digital que será formulado aqui mesmo em São Paulo, não sei por quem, não sei que material vai ser esse, e que os alunos terão acesso ao material a um tipo de material peda-

gógico, que não vai ser mais esse livro didático, que é utilizado em todo o Brasil, através dos tablets, através dos computadores. Mas, primeiro, que não. Eu já aqui, em vários momentos, utilizei a tribuna, mostrando que isso não é possível na rede estadual de ensino.

É uma rede sucateada, degradada, sem infraestrutura, que quase não tem internet, e quando tem, não funciona. Tem pouquíssimos computadores, pouquíssimos tablets, e esses poucos são da Multilaser. É só a gente visitar as escolas, tudo da Multilaser.

Agora, retirar o livro didático, dizendo que vai substituir por material digital? Isso é um absurdo total. Eu quero aqui dizer que o Ministério Público, então, acatou a minha representação. Minha representação virou um procedimento. Espero que o Ministério Público abra uma ação civil pública contra essa atitude criminoso do governo estadual. Quero ainda mostrar: “olha, esses são os livros didáticos da rede estadual”.

É importante que o aluno tenha acesso a esse livro, que ele leia o livro, porque não dá para ler um livro desse no computador. Não tem como ele substituir. Primeiro o aluno não vai ter...

Muitos não têm computadores em casa. A internet, também, muitas vezes, ele não tem internet na sua casa, a internet da escola não funciona na maioria das vezes. Não tem como ele acessar todos esses livros.

E tem mais, olha só, eu tenho aqui uma matéria, eu queria mostrar para os deputados e deputadas: “Livros rejeitados pelo governo de São Paulo são usados por escolas de ponta”. O Colégio Bandeirantes, o Colégio Miguel de Cervantes, a Escola Nossa Senhora das Graças, o Colégio Gracinha. Nem quero fazer propaganda de escola particular, porque o meu compromisso aqui é com a escola pública.

Mas olha só, então, para as escolas da classe média, dos ricos, tudo, material de qualidade, material do Programa Nacional do Livro Didático. Para a rede estadual, não. Ele vai retirar o livro didático. Gente, é um crime, isso daí é um atentado terrorista contra a Educação, contra os nossos alunos, que nós não podemos permitir.

Eu já acionei o Ministério Público estadual, estou acionando o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, estamos tomando várias providências contra esse ataque à Educação, esse desmonte da Educação.

Nós sabemos que esse governo é bolsoneirista, é de extrema-direita, na verdade, em sua essência. E a extrema-direita não gosta de livros, não gosta de Educação, não gosta de Cultura. Então, é o bolsoneirismo aqui no estado de São Paulo. A extrema-direita nazifascista atacando, agora, os livros.

Os fascistas fizeram isso na Itália. Os nazistas fizeram isso na Alemanha, queimaram os livros. E estão fazendo aqui em São Paulo, retirando o livro didático das crianças, dos nossos alunos. Os livros que são essenciais para o processo de ensino, de aprendizagem.

E para concluir, Sr. Presidente: ele deu uma entrevista ontem à “Folha de S.Paulo”, o Renato Feder, dono da Multilaser, secretário da Educação, dizendo que o aluno vai poder imprimir, se ele quiser, os textos e os livros na escola. Eu sou diretor de escola, professor, não tem nem impressora nas escolas, mas eu acho que, talvez, ele queira vender, talvez, quem sabe, vender impressoras da Multilaser.

Porque a Multilaser, deputada Leci Brandão, quero saudá-la, parabenizá-la, grande deputada, uma das deputadas mais combativas na história de São Paulo. Deputada Leci Brandão, essa empresa Multilaser começou vendendo cartucho de impressora.

Agora, ele disse que o aluno vai poder imprimir. Mentira. Não tem impressora, quando tem é para uso da secretaria. O professor, hoje, para imprimir um texto, uma prova, uma avaliação, ele paga do seu próprio bolso. E ele disse isso: “o aluno vai poder imprimir o texto na escola”, isso não procede.

Então, Sr. Presidente, vou continuar denunciando até que esse atentado terrorista contra os nossos alunos da rede estadual seja cessado. Que ele volte atrás nessa decisão nefasta e perversa contra a Educação.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem. Seguindo a lista de oradores, o próximo orador, deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, que Deus abençoe, proteja e ilumine todas as pessoas que estão aqui. Sr. Presidente. Eu volto a esta tribuna depois de passar por um procedimento médico, que me manteve afastada desta Casa e das atividades parlamentares.

Estou para falar com vocês desde o dia que cheguei, que foi no dia de ontem, mas não tive condições, até porque eu estava muito emocionada. Muitas vezes, precisamos nos recolher e nos recuperar para voltarmos mais fortes, com mais disposição para a luta. É assim que me sinto hoje. Volto a esta tribuna com a disposição renovada para retomar nosso trabalho pela população do estado de São Paulo.

Mas, antes de retomar as atividades parlamentares, preciso agradecer, primeiramente, a Deus, aos meus orixás, porque sem eles nada acontece, mas também preciso agradecer às pessoas que nos acompanham na caminhada, porque, na sabedoria da matriz africana, nós sabemos que ninguém chega longe sozinho. E eu não ando só.

Portanto, nesses dias de afastamento, o nosso gabinete, que é o Quilombo da Diversidade, continuou com as portas abertas atendendo a quem chegava e realizando ações importantes dentro e fora desta Casa.

Para isso, contamos com o apoio e o incentivo de outros mandatos que faço questão de citar aqui: a Bancada Feminista, a Mandata das Pretas em Movimento, as deputadas Ediane Maria e Thainara Faria, o deputado Reis, o deputado Barba, Luiz Claudio Marcolino, deputado Giannazi, enfim, as bancadas do PT e do PSOL, que lançaram duas frentes parlamentares importantíssimas das quais o nosso mandato fez parte: uma Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial e em Defesa dos Povos Indígenas e Tradicionais. A Frente Parlamentar em Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais é importantíssima.

Aproveite a oportunidade para agradecer as homenagens feitas à minha história de vida durante o lançamento dessas duas frentes. Foi uma honra receber esse reconhecimento. Quero agradecer também à deputada Marina Helou, que, coincidentemente, hoje, quando vim aqui assinar, me conduziu até o meu gabinete. Faça questão de agradecê-la. Preciso agradecer ao professor Juarez Xavier, da Unesp, que ministrou uma oficina sobre economia criativa aqui na Alesp a convite do nosso mandato.

Finalmente, sou grata a todos os parlamentares desta Casa, em especial ao presidente André do Prado e aos parlamentares que compõem a Mesa Diretora, pela compreensão e pelas palavras de conforto.

O que me deixa mais emocionada é que, desde o dia em que retornei a esta Casa, só tenho recebido afeto, carinho, reconhecimento, torcidas, rezas, enfim, que fizeram por mim para que eu me recuperasse.

Independente da religião, quero dizer muito obrigada, do fundo do meu coração, a todo mundo que orou por mim, que pediu por mim, seja católico, espírito, messiânico, evangélico. Nesses horas a gente não fica olhando qual é o credo. A gente sabe que as pessoas lutam por mim.

Estou vendo que aqui na Casa, hoje, não temos aqui toda a bancada do PT, mas como agora eu pertenço à federação, é muito importante para mim que, embora seja a única deputada do PCdoB nesta Casa, fui muito bem recebida pelo pessoal dessa federação.

Não posso negar que me sinto em casa. Não há nenhuma diferença, até porque a nossa relação com o Partido dos Trabalhadores é uma relação antiga. Eu nem sonhava em estar aqui e o PT sempre me tratou com muito carinho, haja vista a minha admiração, desde a primeira campanha do nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

É muito bom que a gente passe por um processo como esse, para ver quem realmente gosta de você, quem te respeita, quem te reconhece. É como eu digo: os 93 parlamentares desta Casa sempre serão respeitados por mim, porque sei que uma hora ou outra vou precisar deles, independente do partido, independente da corrente política, mas eu só posso afirmar para vocês que continuarei sendo a mesma pessoa que sempre fui, com muita simplicidade, com muita humildade, reconhecendo que sou tratada com muito carinho nesta Casa.

Senti muita falta de estar aqui. Isso aqui, como a gente diz popularmente, é uma cachça. Você não pode ficar longe daqui, pois você sente falta.

Mas quero especialmente dizer às deputadas que fizeram a presença nas frentes e nos eventos que eu tinha, que me representaram... Nada ficou sem ser realizado; todas as pessoas me ajudaram e cumpriram a minha parte. Que Deus abençoe, proteja e ilumine todos vocês e, principalmente, as assessorias desta Casa, as assessorias de todos os deputados, que me procuraram, que tentaram me substituir e me substituíram à altura.

Deus abençoe a todos, muito grata.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Obrigado, Leci Brandão. Obrigado pelo carinho e por tudo o que você representa em nossas vidas. Obrigado.

Continuando a lista. O próximo orador é o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Major Mecca.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a todos que nos acompanham pela TV Alesp e pelas redes sociais.

O que está acontecendo no estado de São Paulo é a iniciativa e a disposição do governador Tarcísio de Freitas, do secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, do Comando da Polícia Militar, o coronel Cássio, do Comando da Polícia Civil, delegado Artur Dian, de todos os nossos patrulheiros em verdadeiramente traçar o planejamento e combater o crime organizado.

Eu tenho como obrigação, como um veterano de polícia, com 31 anos de serviços prestados na Polícia Militar, e pelas etapas que eu tive ao longo da minha carreira, na tentativa que tivemos nas polícias de combater o crime organizado em São Paulo e tivemos o nosso trabalho interrompido pelo Governo do Estado à época.

\*\*\*

-Assume a Presidência o Sr. Simão Pedro.

\*\*\*

Hoje, nós vemos inúmeros setores, como nós vimos a Defensoria Pública, estamos vendo até mesmo alguns parlamentares defenderem o término da Operação Escudo, no litoral paulista. O que acontece naquela região, a todos vocês que nos acompanham? O Porto de Santos é um ponto de entrada e saída de drogas, de armas, ou seja, é um ponto estratégico para os traficantes do crime organizado.

Traficantes que levam a droga para dentro de sua casa, viciam seus filhos e destroem a sua família. E não é só o tráfico de drogas. É tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico de pessoas e tráfico de órgãos. É um tumor na nossa sociedade. E o que acontece naquela região? As comunidades nos morros do Guarujá, de Santos, foram tomadas pelo crime organizado.

O povo de bem foi subjugado por esses criminosos, que, empunhando fuzis e armas de alto calibre, o força a fazer uma salvaguarda desse crime organizado. Então, aqueles pontos se tornaram grandes centros de distribuição, tornaram-se entrepostos de drogas e há muitos anos o crime organizado vem dominando essas regiões.

E vocês podem ter certeza... Deputada Leci, sabe por que não chegam nesses pontos escolas dignas com bons professores, não chegam centros esportivos, centros culturais para que essas pessoas, para que essas crianças e esses trabalhadores tenham o seu desenvolvimento, a sua evolução cultural, a sua evolução como pessoa, como família? Porque, na verdade, o crime organizado não está somente lá no morro.

O crime organizado está também na política; o crime organizado está em todos os Poderes, sejam em âmbito federal, estadual ou municipal. As facções do mal trabalham em todos os setores e aonde me espanta - e eu chamo a atenção aqui - que é a iniciativa que nós temos, eu terei como presidente da Comissão de Segurança Pública.

Por qual motivo nós assistimos ao ministro da Justiça e Segurança Pública se manifestar e colocar como desproporcional o embate das forças de segurança com esse crime organizado? E por que nós não vemos a contrapartida de iniciativas e ações do próprio governo federal em operações dentro do Porto de Santos, que é uma área federal?

Como se passa tanta droga, tanto armamento pelo porto de Santos e o ministro não apresenta quais foram as medidas e iniciativas adotadas para que se estanque essa torneira que está fazendo tanto mal para o estado de São Paulo? Essa informação é importante para que o nosso povo possa entender o significado das operações que são desencadeadas hoje pela Secretaria de Segurança Pública.

E aonde entram as nossas ações como parlamentar, como presidente da Comissão de Segurança Pública? É acionar, é provocar. O Ministério Público precisa participar através do Gaeco, porque a próxima etapa da Operação Escudo tem que, sim, ser a prisão dos grandes traficantes, confiscar residências, carros, fortunas, que são movimentadas hoje por esses grandes traficantes; e essa fortuna não está só na mão desses bandidos, viu?

Tem muito dinheiro circulando na mão de grandes políticos, na mão de grandes empresários, que lavam esse dinheiro. Para quem não sabe - e o deputado Reis sabe disso - o tráfico de drogas e o tráfico de armas só perde em montante de recursos para o dinheiro movimentado pelos sheiks árabes no comércio do petróleo e onde se lava tanto dinheiro.

Ái os senhores têm a ideia do motivo pelo qual há tanta resistência e tanta gente trabalhando para o crime organizado no sentido de desincentivar e se retirar todas essas operações que são implementadas hoje pelo Governo do Estado de São Paulo para que realmente haja um trabalho no combate ao crime organizado, que não é um problema só em São Paulo, é em todo o Brasil.

Nós estamos acompanhando isso no Rio de Janeiro e também na Bahia, que inclusive a Bahia é governo do PT e está tendo que lidar de frente com o crime organizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância do tempo.

Eu retorno para continuar a minha fala.

O SR. PRESIDENTE - SIMÃO PEDRO - PT - Muito obrigado, deputado Major Mecca. Chamo para fazer uso da palavra o deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputada Beth Sañão. (Pausa.)

Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Reis, já na lista suplementar. Tem a palavra V. Exa. por cinco minutos.

O SR. REIS - PT - Cumprimente todos os funcionários desta Casa, os integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Técnico-Científica, da Polícia Penal, todos aqueles e aquelas que estão em suas casas e nos acompanham pela Rede Alesp.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, deputada Paula, deputada Leci, importantes eu participei, eu acompanhei a diligência que foi feita pela Comissão de Direitos Humanos, o deputado Suplicy, a deputada Paula da Bancada